



UNIVERSIDADE FEDERAL DO NORTE DO TOCANTINS
CAMPUS DE ARAGUAÍNA
CURSO DE ZOOTECNIA

RAYLLA GONÇALVES DE OLIVEIRA

**DIAGNÓSTICO SOCIECONÔMICO: O CASO DO PROJETO DE
ASSENTAMENTO SANTA CRUZ II- ARAGUATINS (TO)**

ARAGUAÍNA (TO)

2022

RAYLLA GONÇALVES DE OLIVEIRA

DIAGNÓSTICO SOCIECONÔMICO: O CASO DOPROJETO DE ASSENTAMENTO
SANTA CRUZ II - ARAGUATINS (TO)

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado à UFNT – Universidade
Federal do Norte do Tocantins – Campus
Universitário de Araguaína para obtenção
do Título de Bacharel em Zootecnia, sob
orientação da Prof. (a) Marielen Aline costa
da Silva.

Orientador: Dra. Marielen Aline Costa da
Silva
Coorientadora: Dra. Marilu Sousa

ARAGUAÍNA (TO)

2022

AGRADECIMENTOS

A prof. (a) Dra. Marielen Aline Costa da Silva, pela importante orientação, no presente trabalho, ao Instituto de Pesquisa e Extensão Comunicação, Linguagem e Sociedade (Ipex-Clis), ao Prof. Dr. Danilo Vargas Gonçalves que prestou valiosas informações para a realização deste trabalho.

Ao programa PIBIC UFNT que acreditou no meu trabalho e financiou esta pesquisa.

A todas as pessoas que participaram diretas e indiretamente na elaboração deste trabalho, essencialmente minha família, por todo apoio, carinho, cuidado, e acolhimento, meus amigos (a) que estiveram do meu lado e me apoiaram nos momentos difíceis, e se alegram com minhas conquistas, aos colaboradores entrevistados que forneceram dados essenciais para a pesquisa, e Deus principalmente, pela vida, as oportunidades, os momentos bons, e o aprendizado dos momentos difíceis, por suas bênçãos sobre esse trabalho, e por nunca desistir de mim.

RESUMO

A presente pesquisa teve como objetivo analisar os aspectos socioeconômicos dos assentados da reforma agrária do Projeto de Assentamento Santa Cruz II no município de Araguatins-TO, com o intuito de diagnosticar as dificuldades sob a ótica dos assentados e a realidade produtiva, especificamente no que tange a comercialização dos produtos de origem animal, nas diversas cadeias produtivas dentro da agricultura familiar, que é a base econômica do território. Visto que esta construção analítica traz a possibilidade de trabalhar frente as lacunas produtivas presentes na região, bem como possibilita conhecer as potencialidades das principais práticas produtivas dentro das tecnologias disponíveis na região estudada, assim como possibilidades de implementação de novas cadeias produtivas, considerando as vulnerabilidades dos sistemas de produção animal e as principais dificuldades enfrentadas pelas famílias do assentamento, como o acesso a comercialização dos produtos. Nesse estudo foram realizadas entrevistas com 26 assentados do PA Santa Cruz II, com perfis distintos. Na tabela as pessoas que informaram seu nome completo estão identificadas pelas iniciais. Na variável idade, 2 das pessoas não deram a informação, por ficarem sem jeito de revelar sua idade. Nos resultados obtidos, observou-se que a maioria dos assentados apresentam mais de 36 anos de idade e poucas pessoas entrevistadas eram pessoas mais jovens. Após os resultados e as entrevistas realizadas no presente trabalho concluiu-se que a maioria dos residentes no assentamento PA Santa Cruz II apresenta mais de 36 anos de idade, pouco estudo e a maioria das famílias recebe benefício do governo.

Palavras- chave: Assentamento. Certificação. Diagnóstico Socioeconômico. Produção agroecológica.

ABSTRACT

The present research aimed to analyze the socioeconomic aspects of the settlers of the agrarian reform of the Santa Cruz II Settlement Project in the municipality of Araguatins-TO, in order to diagnose the difficulties from the perspective of the settlers and the productive reality, specifically with regard to the commercialization of products of animal origin, in the various production chains within family farming, which is the economic base of the territory. Since this analytical construction brings the possibility of working with the productive gaps present in the region, as well as making it possible to know the potential of the main productive practices within the technologies available in the studied region, as well as possibilities for implementing new production chains, considering the vulnerabilities of the animal production systems and the main difficulties faced by the families in the settlement, such as access to commercialization of products. In this study, interviews were carried out with 26 settlers from the Santa Cruz II PA, with different profiles. In the table, people who reported their full name are identified by their initials, which means Unidentified. In the age variable, most people did not provide the information, some because they were uncomfortable to reveal their age and others because they did not ask. In the results obtained, it was observed that most settlers have more people aged 36 years and few people interviewed were younger people. After the results and the interviews carried out in the present work, it was concluded that most of the residents in the settlement PA Santa Cruz II are over 36 years old, have little education and most families receive government benefits.

Keywords: Settlement. Certification. Socioeconomic Diagnosis. Agroecological production.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Distribuição das propriedades agrícolas no Estado do Tocantins	15
Figura 2 - Estrutura fundiária de Araguatins	15
Figura 3 - Condição legal das terras de Araguatins.....	16
Figura 4 - Projetos de Assentamento no Estado do Tocantins.....	17
Figura 5 - Número de Assentamentos e Famílias nos municípios do território do Bico do Papagaio	18
Figura 6 - Total de Área (há) de Lavouras temporárias dos Mercados Regionais de Terra, 2017.....	19
Figura 7 - Gráfico com a média de idade dos entrevistados.....	25
Figura 8 - Gráfico representativo do gênero dos entrevistados do PA Santa Cruz II.	27
Figura 9 - Gráfico da escolaridade dos entrevistados do PA Santa Cruz II.....	28
Figura 10 - Gráfico de moradores por residência no PA Santa Cruz II.....	29
Figura 11 - Gráfico de beneficiados com programas públicos no PA Santa Cruz II.	29
Figura 12 - Gráfico do tempo de residência dos assentados no PA Santa Cruz II ...	31
Figura 13 - Gráfico de ocupação dos jovens do PA Santa Cruz II.....	34
Figura 14 - Gráfico de propriedades que tem autorização legal para a produção no PA Santa Cruz II.....	41

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Números de estabelecimentos agropecuários com produção no ano 2006, por tipo de produção e agricultura familiar na cidade de Araguatins-TO.....	21
Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos assentados entrevistados do PA Santa Cruz II, variáveis1	26
Tabela 3 - Perfil socioeconômico dos assentados do PA Santa Cruz II, variáveis 2	30
Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos assentados do PA Santa Cruz II, variáveis 3.	33
Tabela 5 - Estrutura e dinâmica das residências do PA Santa Cruz II.....	35
Tabela 6 - Perfil produtivo das propriedades rurais do PA Santa Cruz II, variáveis 1.	37
Tabela 7 - Perfil produtivo das propriedades rurais do PA Santa Cruz II, variáveis 2.	38
Tabela 8 - Uso de recursos públicos, práticas sustentáveis e comercialização de produtos do PA Santa Cruz II.....	40
Tabela 9 - Certificações, tomada de decisão e dificuldades dos entrevistados do PA Santa Cruz II	42

LISTA DE SIGLAS

UFNT - Universidade Federal do Norte do Tocantins

PA- Projeto de Assentamento

TO- Tocantins

SIE-Serviço de inspeção estadual

SIF- Serviço de Inspeção Federal

SIM- Serviço de inspeção municipal

PRONAF- Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar

PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar

FNO - Fundo Constitucional do Norte

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

INCRA- Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	9
2 JUSTIFICATIVA	11
3 OBJETIVOS	13
4 REVISÃO DE LITERATURA	13
4.1 O BICO DO PAPAGAIO – ESPAÇO DE LUTA PELA TERRA.....	13
4.2 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E SUA REPRESENTATIVIDADE EM ARAGUATINS.....	14
4.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL E MUNICIPAL: A PRESENÇA DOS ASSENTAMENTOS NA PRODUÇÃO ANIMAL E AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL 18	
5 MATERIAIS E MÉTODOS	24
6 RESULTADO E DISCUSSÃO	25
7 CONSIDERAÇÕES FINAIS	44
REFERÊNCIAS	46
ANEXO	52

1 INTRODUÇÃO

A agricultura familiar é considerada uma área de extrema importância social e econômica para o meio rural e urbano do país. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), uma média de 3,8 milhões de propriedades rurais estão enquadradas como agricultura familiar (SOUSA; MOREIRA; SANTOS, 2021). No entanto, a categoria de produção familiar ainda é pouco reconhecida, sofrendo constantemente com o descaso e desmonte das políticas públicas tanto nas áreas produtivas, como nas áreas sociais, uma vez que a atividade agropecuária é a principal fonte de reprodução social e econômicas das famílias do campo.

Considerando as diferentes dificuldades presentes na produtividade agropecuária, por vezes torna-se inviável para os pecuaristas e agricultores familiares competirem no mercado com igualdade frente a categorias mais capitalizadas e estruturadas com grandes produções (em escala), altas tecnologias e preços acessíveis, o que acaba gerando dificuldades no sustento das famílias, ou seja, em sua reprodução social. Os produtores agropecuários com maior capital e maior estrutura conseguem oferecer preços acessíveis devido sua alta produção, o que consequentemente causa dificuldades no sustento e competitividade dos produtores menores, como cita Buranello (2018). Além disso, com o desenvolvimento da produção agropecuária da região Norte do Tocantins estacionada em uma produção mínima, com um alto custo e formas de manejo pouco eficientes, muitos produtores passaram a enfrentar dificuldades não só os aspectos econômicos, mas também os fatores de autoconsumo.

Dentro deste cenário de dificuldades produtivas, econômicas e sociais, estão inúmeras famílias pertencentes aos programas da reforma agrária. Segundo dados do INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária), no Brasil existem cerca de 9.494 assentamentos, ocupando um território de 88.276.525 hectares. No Tocantins do total de 378 assentamentos, a cidade de Araguatins, localizada no extremo norte do Estado, possui 22 assentamentos, sendo a cidade com o maior número no país em relação ao seu território (LOPES, SIMONETTI, SILVA, 2018).

A microrregião do Bico do Papagaio é marcada por muitos conflitos territoriais, tendo nas décadas de 1980 e 1990 uma das fases mais negativas para os camponeses, marcada pela violência no campo e a luta pela terra. De acordo com

Girardi e Fernandes (2008), o processo de luta pela terra acontece por meio de ocupações e a ideia de criação de assentamentos rurais, conseqüentemente, constitui-se através das lutas em prol da conquista pela terra. Dentro deste contexto de luta pela terra, violência no campo e incremento no número de assentamentos, é que em 1989 foi criado o Projeto de Assentamento Santa Cruz II, no município de Araguatins (TO), contemplando em torno de 379 beneficiários.

As famílias do projeto de assentamento Santa Cruz II, fazem parte de um local onde seus descendentes lutaram e derramaram sangue, para conseguir as terras que hoje eles habitam e produzem com “tranquilidade”, onde o processo de colonização dessa microrregião iniciou se há mais de 120 anos (BEZERRA, 2013). Entretanto, a maior luta das famílias hoje constitui-se no objetivo de se “manter na terra” de maneira a garantir a sucessão familiar, com qualidade de vida, sendo para tal, de fundamental importância pesquisas que apontem o diagnóstico da real situação em que vivem os pequenos produtores, a fim que isso possa impulsionar a implementação de políticas públicas que venham a contribuir com a permanência das famílias na terra, a sucessão familiar e o desenvolvimento territorial.

Nessas condições, o diagnóstico socioeconômico teve por objetivo identificar - e *a posteriori*, propor soluções para temáticas e questões presentes no dia a dia das famílias do PA Santa Cruz II, como as dificuldades de acesso às linhas de crédito, adoção de novas técnicas e tecnologias ligados a uma assistência técnica especializada, acesso a novos mercados, aspectos da sucessão familiar, regularização fundiária, entre outros de extrema importância para o desenvolvimento produtivo e local.

2 JUSTIFICATIVA

Atualmente, os assentamentos de reforma agrária ocupam um certo espaço no debate social brasileiro – embora muitas vezes criminalizados por entes públicos, mídia e sociedade civil, devido à contribuição que estes agentes econômicos podem dar para a criação de emprego e para o enfrentamento do êxodo rural, assim como para o aumento da oferta de alimentos, incrementos na produção agrícola e para a elevação do nível de renda e a conseqüente melhoria na qualidade de vida dos trabalhadores rurais brasileiros (OLIVEIRA, 2022). Para Busato et al. (2011), os assentamentos rurais têm buscado produzir seu alimento para autossustentação da família, observando também as condições da conservação ambiental. Normalmente, nos assentamentos rurais não há dissociação espacial entre o local de produção e o de consumo, o trabalho e a moradia. Isso potencializa a capacidade deste segmento social para a produção interna de uma alimentação adequada voltada para o consumo do grupo doméstico. Por outro lado, as condições dos locais de produção e de armazenamento dos alimentos nem sempre têm o tratamento adequado, colocando em risco as questões de segurança alimentar e o acesso aos canais de comercialização, afetando diretamente a reprodução socioeconômica e abandono da atividade agropecuária pelos beneficiários dos assentamentos.

Do outro lado Landau e Garogorry (2020) destacam que o aumento da população humana, principalmente nas últimas décadas tem resultado numa demanda crescente por alimentos e bens de consumo, implicando um aumento da produção na agropecuária e modificação do uso da terra, o que tem afetado as diferentes cadeias produtivas e a conservação da diversidade biológica original, resultando na urgência de estratégias de conservação e de manejo sustentável. Para Honeyman (1996) sistemas sustentáveis de produção são definidos como aqueles que combinam técnicas de produção e gestão para aumentar o lucro e melhorar o ambiente ecológico e socioeconômico. Para isso, é necessário que o desenvolvimento ofereça alternativas à agropecuária tradicional, estes sistemas devem ser desenvolvidos para serem eficientes, incluindo as avaliações econômicas, aceitação social e compatibilidade ecológica. Sendo a busca por indicadores de sustentabilidade nas cadeias produtivas urgente em função da crescente exigência dos consumidores por informações que antes não eram consideradas na escolha de um produto, levando-se em conta as implicações éticas e ambientais na produção de um alimento,

agora observados como atributos essenciais de qualidade e segurança alimentar (MAZZUCO, 2008).

No que se refere ao consumo de produtos de origem animal, observa-se a influência das populações de países em desenvolvimento na transformação das dietas e no aumento no consumo de proteínas de origem animal no planeta (BILLEN, LASSALETTA, GARNIER, 2015). Até 2050 a demanda de produtos de origem animal deverá crescer em todos os cenários, variando entre 176% a 233%, muito acima do crescimento da demanda global de alimentos (VALENTIM, 2016). No Brasil, acredita-se que as alterações atuais e futuras se devem em grande parte às mudanças socioeconômicas e demográficas que vêm ocorrendo, como a elevação da renda das famílias, a intensificação do processo de urbanização e o aumento da participação da mulher no mercado de trabalho (SCHLINDWEIN e KASSOUF, 2006).

Neste contexto Guedes, Torres e Campos (2014) salientam que a produção de alimentos requer um processo de constante reflexão, que considere os elementos necessários para a sustentação da produção (conjunto de conhecimentos, tecnologias e políticas) a longo prazo e que promova a sua sustentabilidade, ou seja, o atendimento das demandas de ordem econômica, ambiental e social da geração presente, sem afetar o suprimento das gerações futuras. Para os autores, isso é válido para qualquer país, mas assume maior importância quando se trata de um país como o Brasil, hoje grande produtor e exportador de alimentos, e com grande potencial de se tornar um dos principais responsáveis pelo suprimento alimentar da população global no futuro.

Assim, aspectos ambientais, sociais e econômicos vinculados ao aumento e as transformações da demanda da produção de alimentos, em especial os de origem animal, exigem o desenvolvimento urgente de estratégias que assegurem a sustentabilidade da produção e das categorias sociais responsáveis por esta, como os camponeses e agricultores familiares. Assim, diante dos desafios da soberania e segurança alimentar, entender as transformações socioeconômicas é fundamental na busca de novas práticas e mercados que atendam as presentes demandas.

3 OBJETIVOS

A presente pesquisa teve como objetivo geral analisar os aspectos socioeconômicos dos assentados da reforma agrária do Projeto de Assentamento Santa Cruz II no município de Araguatins -TO, com o intuito de diagnosticar a realidade produtiva, especificamente no que tange a comercialização dos produtos de origem animal nas diversas cadeias produtivas dentro da pecuária familiar, que é a base econômica do território, assim como as possíveis contribuições da produção animal para a soberania alimentar da comunidade local e as principais lacunas na comercialização dos produtos de origem animal.

Dentro dos objetivos específicos da pesquisa, buscou-se:

- A) Diagnosticar o perfil social dos assentados e de suas famílias;
- B) Identificar os principais aspectos econômicos e produtivos das famílias assentadas;
- C) Analisar os principais aspectos socioeconômicos e produtivo identificados nas famílias assentadas pesquisadas;

4 REVISÃO DE LITERATURA

4.1 O BICO DO PAPAGAIO – ESPAÇO DE LUTA PELA TERRA

Através do programa “Marcha para o Oeste” que teve início na década de 1930 e do suporte político do Governo Vargas, por volta de 1930 a 1945 que se iniciou a ocupação agrícola nas regiões de Goiás e do Bico do Papagaio. Essa ação tinha o objetivo de ocupar espaços vazios para incorporar essas áreas no conjunto produtivo nacional (FONSECA, 2021).

A região do Bico do Papagaio se constitui de uma área de fronteira dos estados do Tocantins, Pará e Maranhão e antigamente, as únicas vias de acesso eram os rios Araguaia e Tocantins. O local apresentava muitas pastagens naturais, favoráveis para a criação de gado e a partir de 1960, houve a implementação de uma infraestrutura urbana e a inserção do modelo agroexportador (ALMEIDA et al., 2010).

Antigamente, o exército interferia para que não ocorresse a adesão da população em causas revolucionárias e a política agrária era considerada um processo de conclusão, pois, a distribuição de terras aconteceu em conjunto de medidas articuladas para integrar economicamente a região (NOSSA, 2012).

O surgimento de arraiais e vilas na margem dos rios, se deu devido a exploração da palmeira babaçu e o fluxo comercial entre o Bico do Papagaio, Maranhão e Pará e atraiu ainda mais pessoas para a região. Dessa forma, a luta pelas terras na região do Bico do Papagaio foi complicada e até hoje se apresenta muitas dificuldades (MENEZES, 2021).

4.2 ASSENTAMENTOS DA REFORMA AGRÁRIA E SUA REPRESENTATIVIDADE EM ARAGUATINS

O primeiro contato com o termo assentamento surgiu no contexto da reforma agrária venezuelana, no ano de 1960 e depois se espalhou por outros países. Os assentamentos rurais surgiram através da mobilização política de trabalhadores do campo que não tinham terra e a luta pela reforma agrária, apresentou nuances peculiares que foi resultante de uma conjuntura específica que foi marcado por novos modelos de exploração agrícola (LIMA, 2020).

Os assentamentos da reforma agrária são considerados um conjunto de unidades agrícolas, instaladas pelo Incra em um imóvel rural. Essas unidades são denominadas de lotes ou parcelas, sendo destinadas a família de trabalhadores rurais ou agricultores sem condições econômicas de obter um imóvel rural (FREITAS et al., 2020). As famílias que são beneficiadas devem morar e explorar o lote disponibilizado com o desenvolvimento de várias atividades produtivas e a quantidade de lotes é definido através de um estudo de capacidade de geração de renda do imóvel (RABUSKE et al., 2020).

Algumas etapas devem ser obedecidas, quando o Incra cria um projeto de assentamento, sendo, primeiramente a entrega do lote para o assentado, depois realização de um cadastro de assentado no registro de beneficiário (RB). Depois desses processos, o agricultor consegue ter acesso aos créditos iniciais de implantação de lote para realizar o primeiro investimento na propriedade além disso, recebe um crédito de habitação para construir sua casa (FREITAS et al., 2020).

Entre os anos de 2019 e 2021, o Incra emitiu 158.172 mil títulos provisórios e definitivos para agricultores e famílias em assentamentos da reforma agrária e, é previsto ainda, a emissão de mais ou menos 50 mil documentos (INCRA, 2021).

A cidade de Araguatins – localizada no Norte do Tocantins, tem uma média de 35.216 mil habitantes e um território de 2.627.280 km² e grande parte da área rural do município é ocupada por projetos de assentamentos, apresentando 21 assentamentos que abrigam uma média de 1.500 famílias (ALMEIDA; LOPES; ALMEIDA, 2018).

As atividades agrícolas que são desenvolvidas nos PA's (projeto de assentamentos) são nos segmentos de fruticultura, horticultura e bovinocultura de leite, e são diversificadas, pois, produzem para o mercado e para o autoconsumo (COELHO; DE PAULA, 2018).

Alguns dos assentamentos da cidade de Araguatins são o Água Limpa, Atanásio, Dona Eunice, Marcos Freire, Maringá, Mutirão, Nova União, Nova Vida, Ouro Verde, Palmares, Petrônio, Professora Djanira, Rancho Alegre, Santa Cruz e outros. A estrutura fundiária do município, distribuição de terras e condição legal das terras, projetos de assentamento no estado referente a década de 1996, pode ser observado nas Figura 1, 2, 3 e 4 a seguir.

Figura 1 - Distribuição das propriedades agrícolas no Estado do Tocantins

Tamanho dos Estabelecimentos (ha)	Total do Estado	%	MR Bico do Papagaio	%
Menos de 10	2.614	5,82	1.235	14,56
10 a menos de 100	17.283	38,48	3.815	44,97
100 a menos de 200	7.790	17,34	677	7,98
200 a menos de 500	8.234	18,33	518	6,11
500 a menos de 2000	5.589	12,44	237	2,79
2000 a mais	1.427	3,18	65	0,77
Sem Declaração	1.976	4,40	1.936	22,82
Total	44.913	100,00	8.483	100,00

Fonte: IBGE, Censo Agropecuário, 1996.

Figura 2 - Estrutura fundiária de Araguatins

Grupo de área total	Estabelecimentos		Área (ha)	
	1996	2006	1996	2006
Mais de 0 a menos de 5 ha	-	26	-	41
De 5 a menos de 10 ha	-	86	-	642
De 10 a menos de 20 ha	-	168	-	2.513
De 20 a menos de 50 ha	-	783	-	24.050
De 50 a menos de 100 ha	-	116	-	8.000
De 100 a menos de 200 ha	-	51	-	6.948
De 200 a menos de 500 ha	-	37	-	10.944
De 500 a menos de 1.000 ha	-	22	-	15.038
De 1.000 a menos de 2.500 ha	-	8	-	13.220
De 2.500 ha e mais	-	2	-	2.500
Produtor sem área	-	7	-	-
Total	-	1.306	-	83.896

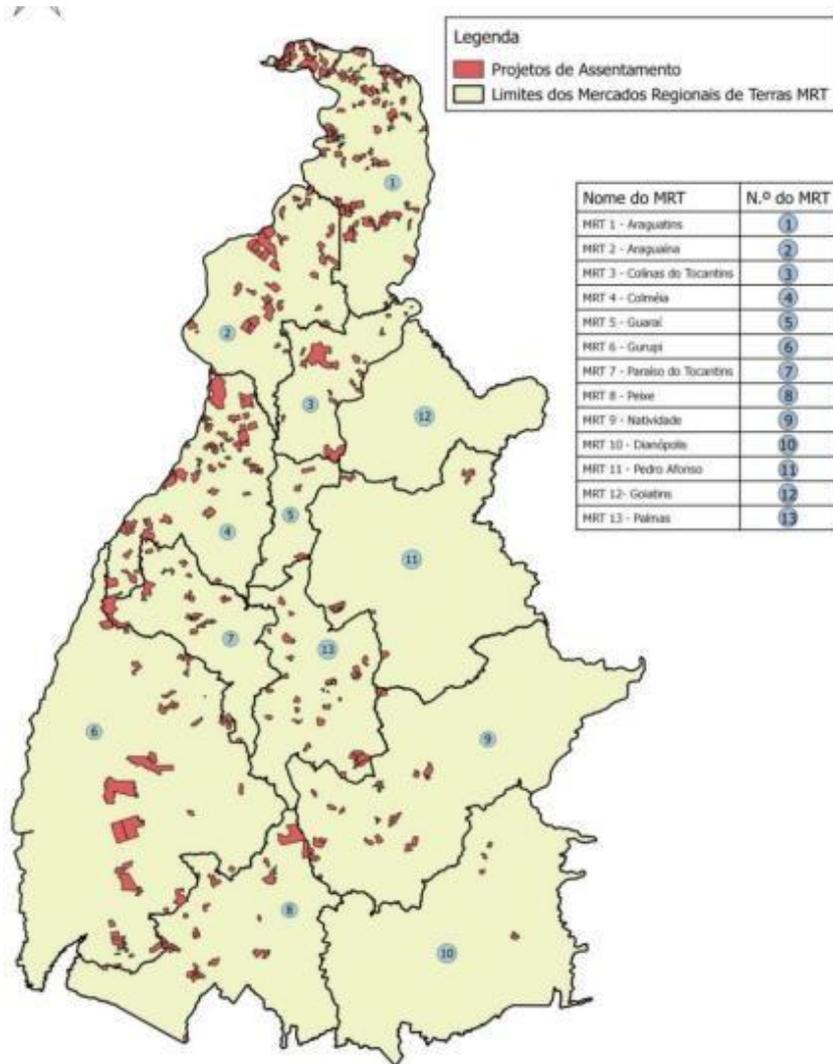
Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1996 e 2006 e Secretaria do Planejamento e Orçamento (2006).

Figura 3 - Condição legal das terras de Araguatins

Condição legal das terras	Estabelecimentos		Área (ha)	
	1996	2006	1996	2006
Próprias	803	1.160	144.660	80.590
Sem titulação definitiva	-	121	-	2.788
Arrendadas	18	15	118	1.189
Parceria	8	8	38	225
Ocupadas	38	14	1.299	2.103

Fonte: IBGE. Censo Agropecuário, 1996 e 2006. Secretaria do Planejamento e Orçamento (2006)

Figura 4 - Projetos de Assentamento no Estado do Tocantins



Fonte: INCRA. 2018.

Figura 5 - Número de Assentamentos e Famílias nos municípios do território do Bico do Papagaio.

Municípios	Quantidades no território	
	Assentamentos	Número de Famílias
Araguatins	18	1274
Augustinópolis	6	444
Axixá do Tocantins	8	385
Buriti do Tocantins	3	110
Carrasco Bonito	1	33
Esperantina	11	470
Itaguatins	3	181
Praia Norte	3	355
Sampaio	2	104
São Miguel do Tocantins	2	76
São Sebastião do Tocantins	6	308
Sítio Novo do Tocantins	3	95
Total do Território	66	3.835

Fonte: Incra, 2005.

Os assentamentos rurais representam grande importância social para o país, pois, possibilita a inclusão social e a melhoria de vida e bem-estar para famílias que eram excluídas do mercado de trabalho e terem contato e acesso com a terra. Dessa forma, essa realidade torna os indevidos excluídos em indivíduos ativos e inseridos na sociedade (SILVA, 2022).

4.3 PRODUÇÃO AGROPECUÁRIA REGIONAL E MUNICIPAL: A PRESENÇA DOS ASSENTAMENTOS NA PRODUÇÃO ANIMAL E AGRICULTURA FAMILIAR LOCAL

A pesquisa dentro da agropecuária foi institucionalizada no ano de 1950, época que a transformação do panorama de produção apresentou grande impulso no governo de JK. Na década de 1960, a lei Delegada número 9 criou o Departamento de Pesquisa e Experimentação Agropecuária (DPEA), em que, as pesquisas eram hierarquizadas em primeiro lugar (DOS SANTOS, 2020). O controle do ingresso de doenças animais e vegetais foi a primeira medida adotada de defesa agropecuária para proteger a agropecuária, em que, impede o ingresso das doenças animais e vegetais e é importante também, na prevenção do bioterrorismo (SOUZA, 2020).

Dessa forma, por meio dos investimentos e incentivos, a agropecuária passou a ganhar cada vez mais importância no cenário nacional.

A maioria dos agricultores, fazem parte das propriedades rurais brasileiras de pequeno e médio porte, em que, são responsáveis pela produção de várias culturas mesmo com pouca tecnologia e com mão de obra familiar (ASSIS et al., 2019). Cada vez mais, a agricultura familiar assume um papel socioeconômico de alta relevância na área do agronegócio brasileiro (ALVES; PEREIRA; TAVARES, 2018).

O Bico do Papagaio, extremo norte do Estado do Tocantins, está situado entre os rios Araguaia (a Oeste) e Tocantins (a Leste), fazendo fronteira entre os Estados do Pará e do Maranhão. O processo de colonização dessa microrregião iniciou-se há mais de 120 anos (BEZERRA, 2013). A base da economia do território é a agricultura (Figura 6), especialmente a agricultura familiar, com a existência de 66 Projetos de Assentamento do INCRA, 03 Assentamentos do Programa Nacional de Crédito Fundiário um público, relativamente, numeroso de pequenos agricultores, pequenos proprietários, apicultores, bem como extrativistas que sobrevivem da coleta de coco babaçu, frutas e da pesca artesanal.

Figura 6 - Total de Área (há) de Lavouras temporárias dos Mercados Regionais de Terra, 2017.

MRT	Abacaxi	Milho (em grão)	Soja (em grão)	Arroz (em casca)	Melancia	Mandioca	Feijão (em grão)	Cana-de-açúcar
1 - Araguaatins	76	8.512	12.300	1.078	440	3.432	2.106	57
2 - Araguaína	650	11.095	21.620	172	24	849	252	47
3 - Colinas do TO	5	5.070	14.300	150	46	579	287	-
4 - Colméia	1.473	30.325	56.842	1.172	77	1.065	482	8
5 - Guaraí	330	680	31.147	630	-	225	-	-
6 - Gurupi	275	11.381	103.649	97.117	6.815	1.657	12.719	151
7 - Paraíso do TO	348	20.002	44.745	1.335	111	558	419	110
8 - Peixe	-	10.290	150.178	1.943	190	1.047	527	37
9 - Natividade	-	26.176	143.880	719	10	424	400	122
10 - Dianópolis	58	11.922	550	784	-	1.149	41	557
11 - Pedro Afonso	15	2.820	51.780	3.720	-	468	-	36.080
12 - Goiatins	12	45.255	77.740	1.981	16	935	1.185	40
13 - Palmas	1.225	43.091	133.429	651	184	866	157	59
Total geral	4.467	226.619	842.160	111.452	7.913	13.254	18.575	37.268

Fonte: IBGE. Produção Agrícola Municipal.

A região do Bico do Papagaio tem sido objeto de estudo por diferentes áreas do saber no que se refere aos conflitos e à luta pela posse de terra. Essa região constitui, portanto, um campo fértil de análise, todavia, deve ser explorada com um olhar multidisciplinar, principalmente no campo da economia, sociologia e nas ciências sociais. Marcada pela pobreza, pela agricultura de subsistência, pela ausência de serviços básicos de infraestrutura, saúde e educação essa região tem sido marcada por violentos conflitos de luta pela terra (OLIVEIRA, CRESTANI e STRASSBURG, 2014).

Segundos os autores,

Estudos têm demonstrado que a gênese dos conflitos agrários no Bico do Papagaio é decorrente, principalmente, de dois motivos: i) a estrutura da malha fundiária; e ii) a fertilidade do solo. O primeiro se refere à questão da posse da terra, aos problemas em torno da regulamentação jurídica da propriedade rural; acrescenta-se a própria estrutura fundiária regional submetida à dinâmica ditada pelo processo geral de concentração fundiária no país. O solo da região do Bico do Papagaio é derivado de rocha basáltica, terra roxa estruturada, uma das poucas áreas de solos férteis do estado. A presença desse solo de fertilidade superior no contexto do estado é um fator ponderável no complexo quadro fundiário que se formou nessa área, acirrando a disputa pela terra entre pecuaristas capitalizados, comandado fundamentalmente pelo grande capital, beneficiado pela política oficial. Assim, assentou-se a base da atividade pecuária e uma maioria de pequenos agricultores ali estabelecidos com sua roça voltada para o autoconsumo e a fraca comercialização dos produtos de subsistência (OLIVEIRA, CRESTANI e STRASSBURG, 2014, p.209).

Neste contexto da reprodução social e das condições de autoconsumo e mercados de subsistência presentes na região do Bico do Papagaio, em especial em assentamentos da reforma agrária como o P.A Santa Cruz II, é que emergem as discussões sobre o protagonismo desta categoria produtiva no cenário da produção agrícola e animal. Para Nascimento e Thies (2020), o autoconsumo é compreendido como a parcela da produção agropecuária produzida pelas famílias camponesas que é destinada ao consumo da própria família, incluindo todos os produtos de origem animal e vegetal, na forma in natura ou processada. Essa modalidade de produção contribui para a estabilidade econômica, a formação da renda e a geração de melhores condições de vida no campo, favorece a reprodução social das unidades familiares de produção (GRISA, 2007; BUSATO et al., 2011).

Segundo dados do Censo Agropecuário 2017 cerca de 40% dos estabelecimentos agropecuários, no Brasil, têm na produção para o autoconsumo sua principal finalidade (IBGE, 2017), demonstrando sua importância para o setor agropecuário nacional. Este é também o caso no município do estudo, Araguatins

(TO), como mostra a Tabela 1. Considerando todo o aparato de estabelecimentos agropecuários dentro do município, em 2006, 71% das propriedades apresentam produção de origem animal, dentro da agricultura familiar, no qual faz parte o P.A Santa Cruz II.

Tabela 1- Números de estabelecimentos agropecuários com produção no ano 2006, por tipo de produção e agricultura familiar na cidade de Araguatins-TO.

Agricultura Familiar	Total	Animal	Animal de grande porte	Animal de médio porte	Aves	Pequenos animais	Agroindústria
Total	937	745	491	95	541	9	21
Não familiar	79	75	57	14	42	2	-
Agricultura Familiar	858	670	434	81	499	7	21
% Agricultura Familiar	91,57	71,50	46,32	8,64	53,26	0,75	2,24

Fonte: IBGE- Censo Agropecuário 2017.

Para Busatto et al. (2011), os assentamentos rurais têm buscado produzir seu alimento para autossustentação da família, observando também as condições da conservação ambiental. Conforme os autores, normalmente nos assentamentos rurais não há dissociação espacial entre o local de produção e o de consumo, o trabalho e a moradia, o que reforça a capacidade deste segmento social para a produção interna de uma alimentação adequada voltada para o consumo do grupo doméstico. No entanto, as condições dos locais de produção e de armazenamento dos alimentos nem sempre têm o tratamento adequado, assim como o destino dos resíduos da propriedade rural pode comprometer a segurança alimentar, bem como o acesso aos mercados quando os produtos são destinados além do autoconsumo, ou seja, no mercado informal.

No que se refere aos mercados de comercialização destes produtos de origem animal produzidos por propriedades, associações familiares, Stelzer e Silva (2019) destacam que o processo de globalização interfere diretamente na comercialização dos produtos advindos de pequenas propriedades. Para os autores, isso se deve a concorrência entre pequenos e grandes produtores, levando a uma concorrência desleal. Para Argerich (2019), na disputa pela comercialização, os que possuem uma maior escala de produtividade tendem a se destacarem e se sobreporem. Estudos feitos

pelo Centro de Gestão e Estudos Estratégicos (2013) demonstram que a concorrência comercial nas regiões agrícolas tende a favorecer os estabelecimentos e maior escala produtiva e com acesso a uma tecnologia mais avançada, assim com produções agropecuárias em grande escala, acabam “encurralando” a vasta maioria dos estabelecimentos rurais, que são os de menor produção.

Existem algumas certificações que estão presentes dentro dessa vivência, em que, um deles é o selo de inspeção municipal, também conhecido como SIM. Esse selo, apresenta o objetivo de garantir a saúde pública e regularizar a agroindústria de origem animal para possível comercialização no município. Isso ocorre devido a posse do registro e da inspeção sanitária dos produtos que são fabricados (PINTO; GOULART, 2018).

Assim, buscando superar a concorrência com as produções em escala, e frente as dificuldades legais para alcançarem todas as regulamentações e normas necessária para o acesso aos mercados oficiais, os pequenos produtores – entre eles os assentados – têm buscado nos programas e políticas públicas de assistência a pecuária e agricultura familiar estratégias para sua reprodução social através da produção vegetal e animal.

Segundo Real e Schneider (2011), a implementação de programas de compra institucional, como o PNAE- Programa Nacional de Alimentação Escolar e PAA – Programa de Aquisição de Alimentos, entre outros, promovem uma possibilidade de aproximação dos produtores locais fomentando assim boas práticas ambientais e alimentares. Para Stelzer e Silva (2019), a sociedade deve ser estimulada ao consumo de produtos feitos por associações e cooperativas, que produzem de forma socialmente responsável, contribuindo para a sobrevivência dos pequenos produtores no comércio.

Em suas pesquisas na região do Bico do Papagaio, onde o P.A Santa Cruz II está inserido, Soares(2019) destacou um conjuntos de projetos, instrumentos e programas que têm uma relação direta com a produção no meio rural e o fomento de atividades produtivas, assim como política pública do Fundo Constitucional do Norte – FNO que busca promover um melhor crescimento econômico sustentável, através de oportunidades de trabalho e geração de renda no meio rural, assim como o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF e os Programas de Assistência Técnica e Extensão Rural existentes no momento, assim como a implantação do Programa Nacional de Reforma Agrária, implementado pelo

Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária /INCRA, que resultou em diversos assentamentos dos quais o P.A Santa Cruz II faz parte.

Para o autor, é de suma importância compreender o modo em que as organizações da sociedade e as instituições governamentais se relacionam e como isso traz benefícios para as famílias, de modo a compreender o papel das políticas públicas na construção dos processos de desenvolvimento local.

5 MATERIAIS E MÉTODOS

Ao apresentar a metodologia que compõe determinada pesquisa, buscou-se apresentar o “caminho do pensamento” e a “prática exercida” na apreensão da realidade, e que se encontra intrinsecamente constituídos pela visão social de mundo veiculada pela teoria da qual o pesquisador se vale. Ou seja, pode-se considerar a metodologia como uma forma de discurso que apresenta o método escolhido como lente para o encaminhamento da pesquisa (LIMA; MIOTO, 2007).

A pesquisa foi construída a partir de uma abordagem qualitativa, de natureza descritiva, através de ferramentas como análise bibliográfica e entrevistas semiestruturadas, realizadas com produtores do PA Santa Cruz II, localizado no município de Araguatins, norte do Tocantins.

No primeiro momento construiu-se a base teórica do trabalho através de uma revisão sistêmica sobre a organização social e produtiva do município de Araguatins e dos assentamentos presentes neste. Para tal, foram realizadas pesquisas de publicações acadêmicas nas principais base de dados, *Scielo*; *Web of Science*; *Google Acadêmico*. Para complementar as informações buscou-se dados secundários nos sites das principais instituições de referência, Prefeitura Municipal de Araguatins (secretarias), INCRA, IBGE, entre outros.

Já no segundo momento foram realizadas as entrevistas semiestruturadas com os produtores do PA. Nas entrevistas foram abordadas três temáticas:

- 1) Relações dos pequenos produtores locais com o mercado;
- 2) Sistemas produtivos e práticas de manejo usadas;
- 3) Perfil socioeconômico das famílias do PA Santa Cruz II;

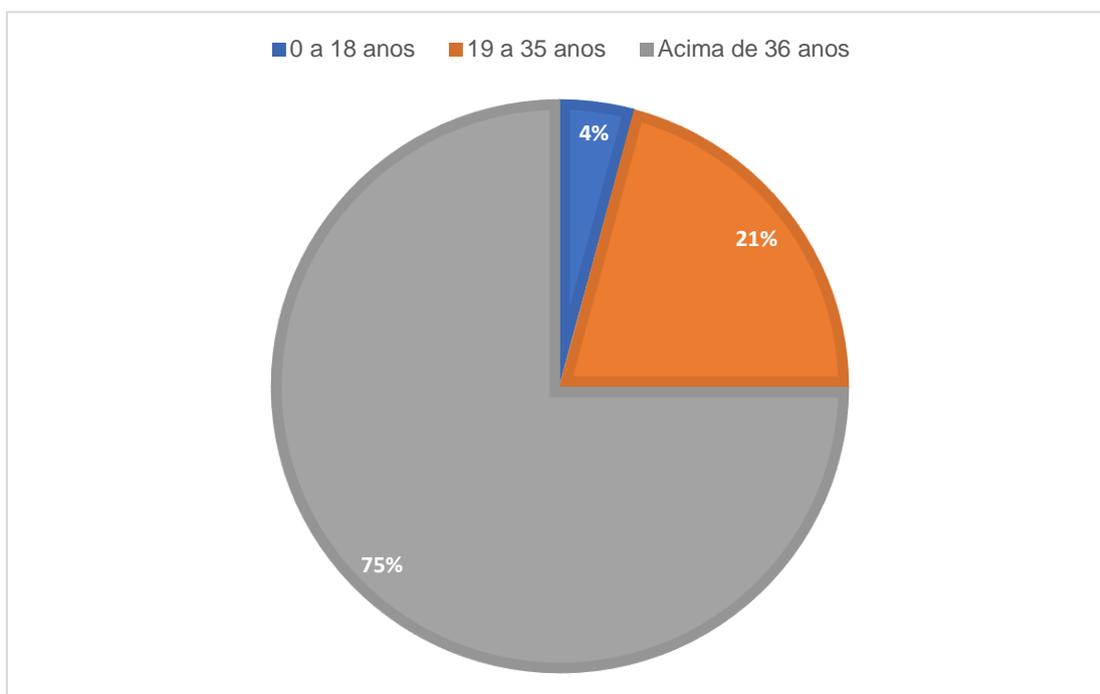
Dessa forma, entre agosto de 2021 até maio de 2022 foram entrevistados 26 assentados do PA, as entrevistas foram gravadas e após transcritas, tabuladas e sistematizadas, com a ajuda do software @excel. Após seu conteúdo foi analisado por meio da técnica de análise de conteúdo e estatística descritiva. Para Bardin (1977) a análise de conteúdo configura-se como um conjunto de técnicas de análise das comunicações, que utiliza procedimentos sistemáticos e objetivos de descrição do conteúdo das mensagens.

6 RESULTADO E DISCUSSÃO

Nesse estudo foram realizadas entrevistas com 26 assentados do PA Santa Cruz II, com perfis diversificados, como apresentado nos resultados a seguir. Os entrevistados são identificados como Unidade Familiar (UF) de 1 a 26.

Na variável faixa etária, os resultados obtidos demonstraram que a maioria dos assentados possuem mais de 36 anos. Vale ressaltar que dois entrevistados optaram por não falar sua idade. Assim, observa-se no Figura 7 que, 4% dos entrevistados apresentam de 0 a 18 anos, 21% apresentam de 19 a 35 anos e 75% apresentam mais de 36 anos.

Figura 7 - Gráfico com a média de idade dos entrevistados.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Como apresentado na Tabela 2, a maioria dos entrevistados se reconhecem como produtores rurais, lavradores e um dos entrevistados como técnico agropecuário.

Tabela 2 - Perfil socioeconômico dos assentados entrevistados do PA Santa Cruz II, variáveis1

Produtor	Idade	Gênero	Escolaridade	Profissão
UF1	76	Masculino	-	Produtor Rural
UF2	75	Masculino	-	Produtor Rural
UF3	-	Masculino	Ensino Fundamental	Produtor Rural
UF4	62	Masculino	Ensino Fundamental	Produtor Rural
UF5	38	Feminino	Ensino Fundamental incompleto	Produtor Rural
UF6	43	Feminino	-	Lavradora
UF7	36	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Lavradora
UF8	36	Feminino	Ensino Fundamental Incompleto	Lavradora
UF9	56	Masculino	-	Lavrador
UF10	57	Feminino	Ensino Fundamental	Zeladora
UF11	45	Feminino	-	-
UF12	38	Masculino	Ensino médio incompleto	Produtor Rural
UF13	29	Feminino	-	-
UF14	22	Feminino	-	-
UF15	35	Feminino	Ensino Fundamental incompleto	-
UF16	-	Feminino	Ensino fundamental incompleto	-
UF17	66	Masculino	Ensino Fundamental incompleto	Produtor rural
UF18	74	Masculino	Ensino Fundamental incompleto	-
UF19	30	Masculino	-	-
UF20	39	Masculino	-	-
UF21	60	Masculino	Ensino fundamental incompleto	Lavrador
UF22	62	Masculino	-	Produtor rural
UF23	17	Masculino	-	-
UF24	58	Feminino	Ensino Fundamental incompleto	Produtor rural
UF25	44	Feminino	Ensino Fundamental incompleto	Lavradora
UF26	33	Masculino	Ensino Médio Completo	Técnico Agropecuário

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

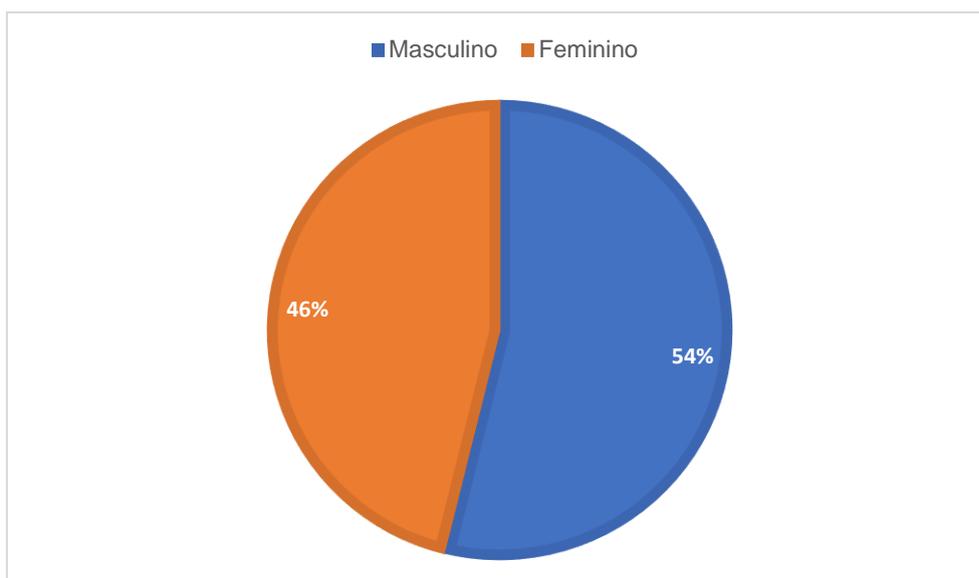
Quanto ao gênero e escolaridade dos assentados entrevistados, é possível observar na Tabela 2 e Figuras 8 e 9 a seguir, que 54% dos entrevistados são homens, enquanto as mulheres representam 46%, de forma que a porcentagem de mulheres

não representam chefe de família, visto que o marido das mulheres estavam trabalhando, enquanto as mesmas se encontravam cuidando da casa e dos filhos. Em relação a escolaridade, observou-se que a maioria dos entrevistados apresentam baixa ou nenhuma escolaridade, com exceção das pessoas mais jovens que foram entrevistadas. Dessa forma, 42% dos entrevistados não têm escolaridade nenhuma ou não responderam, 42% apresentam ensino fundamental incompleto, 12% ensino fundamental completo e 4% ensino médio completo.

Resultados semelhantes também foram percebidos por Victorio, De Andrade e Gonçalves (2021) em seu estudo no Assentamento Rural Rio Madeira, a maioria das pessoas apresentavam ensino fundamental incompleto e uma minoria de assentados apresentou ensino médio completo, o que destaca que o baixo acesso a escola é uma realidade de muitos assentados. Apesar da maioria dos entrevistados não apresentarem um alto grau de estudo, observou-se que se preocupam com a educação dos filhos e que entendem a importância desse aspecto na vida das pessoas. Uma das entrevistadas disse:

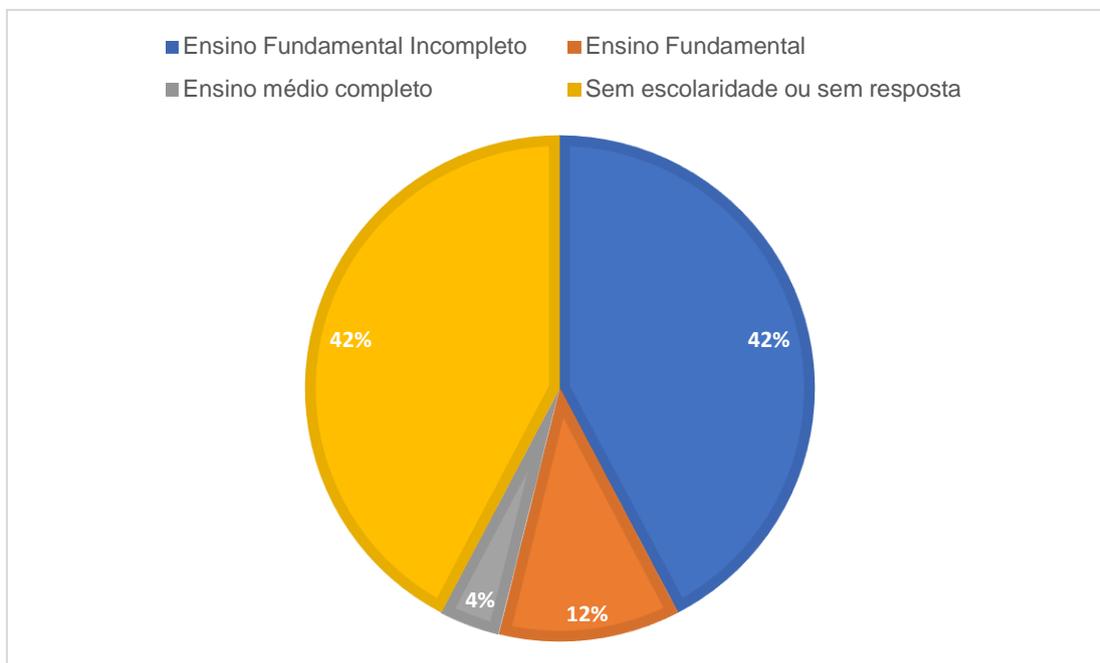
[...] O estudo é muito importante, eu sei que só trabalhar com o braço não resolve, por isso falo para meu filho estudar sempre, porque assim ele vai conseguir uma vaga melhor para trabalhar. Você está certinha em estudar, isso ninguém tira das pessoas. (ENTREVISTADA, PA SANTA CRUZ II).

Figura 8 - Gráfico representativo do gênero dos entrevistados do PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Figura 9 - Gráfico da escolaridade dos entrevistados do PA Santa Cruz II.

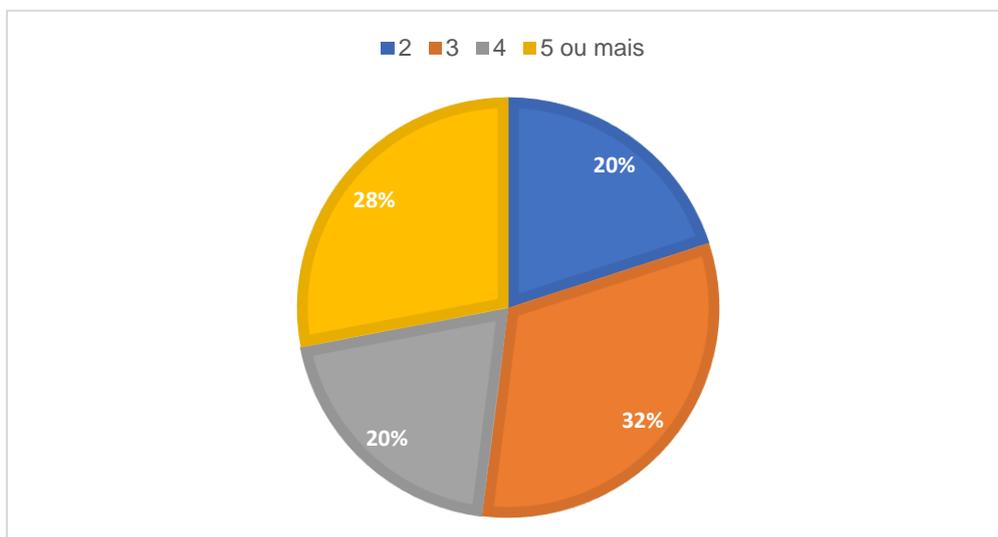


Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Em relação a quantidade de moradores em cada residência, o estudo mostrou que, 20% das unidades familiares têm 2 moradores, 32% têm 3 moradores, 20% têm 4 moradores e 28% dos entrevistados têm 5 ou mais moradores em sua residência (Figura 10 e Tabela 3). A maioria das unidades familiares que apresentam 2 moradores são compostas apenas pelo casal, visto que, os filhos saíram paratrabalhar fora ou não tem interesse na vida da área rural.

Observou-se também que a maioria dos moradores são casais e filhos, em sua maioria pequenos e em alguns casos, os netos também moram no local. A principal fonte de renda das famílias são benefícios do governo e as produções que realizam no assentamento, que variam de leite, gado, polpas, porco, feijão, arroz e várias famílias produzem farinha.

Figura 10 - Gráfico de moradores por residência no PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Em relação aos benefícios recebidos, observou-se que a maioria dos entrevistados recebem algum tipo de auxílio, sendo eles, o bolsa família ou aposentadoria (Figura 11 e Tabela 3) sendo que 65% dos entrevistados recebem benefícios do governo e 35% não.

Figura 11 - Gráfico de beneficiados com programas públicos no PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Tabela 3 - Perfil socioeconômico dos assentados do PA Santa Cruz II, variáveis 2

Tabela 3 - Produtor	Quantas pessoas residem na casa? Grau de parentesco da família?	Principal Fonte de renda da família?	A família possui alguma renda NÃO proveniente da agropecuária? Se sim, qual (ex.: aposentadoria)?	Qual a renda média da família?
UF1	2 (Casal)	Comércio e Aposentadoria	Aposentadoria	3 salários-mínimos
UF2	2 (Casal)	Aposentadoria e agricultura	Aposentadoria	-
UF3	4 (Casal e 2 filhos pequenos)	-	-	-
UF4	3 (Casal e 1 filho)	Aposentadoria e plantio de mandioca	Aposentadoria	1 salário-mínimo
UF5	3 (Casal e 1 filha)	Gado de leite e cargo público	Bolsa Família	1 salário-mínimo
UF6	7 (Casal e 5 filhos)	Terra e Leite	Bolsa Família e Limpeza	-
UF7	5 (Casal e 3 filhos)	Leite	Bolsa Família	1 salário-mínimo
UF8	5 (Casal e 3 filhos)	Leite	Bolsa Família	1 salário-mínimo
UF9	3 (Casal e 1 filho)	Aposentadoria e produção de leite	-	2 salários e meio
UF10	5 (Casal, 1 neta e 2 filhos)	Agricultura (Mandioca, arroz, feijão)	Salário Zeladora	1 salário-mínimo
UF11	3 (Casal e 1 filho)	Gado	-	1 Salário-mínimo
UF12	4 (Casal e 2 filhos)	Leite e Porco	Bolsa Família	1 salário e meio
UF13	3 (Casal e 1 filho)	Arroz, Feijão, mandioca.	Bolsa Família	1 salário
UF14	4 (Casal e 2 filhos)	Leite	-	-
UF15	6 (Casal e 4 filhos)	Leite	Bolsa Família	-
UF16	8 (Casal, 2 netos, 4 filhos)	Leite e Carvão	Pensão	1 salário e meio
UF17	1 (Proprietário)	Leite, farinha e Aposentadoria	Aposentadoria	1 salário
UF18	3 (Casal e 1 neto).	Mandioca	Aposentadoria	1 salário
UF19	6 (Casal e 4 filhos)	Agricultura e bolsa família	Bolsa Família	1 Salário
UF20	4 (Casal e 2 filhos)	Leite	-	2 Salários
UF21	2 (Casal)	Aposentadoria e Agricultura	Aposentadoria	1 salário
UF22	2 (casal)	Gado	-	1 salário
UF23	3 (Casal e filho)	Farinha, Leite e Cargo Público	-	2 salários
UF24	2 pessoas (Mãe e Filho)	Agricultura e aposentadoria		1 Salário
UF25	4 (Casal e 2 filhos)	Leite	Bolsa Família	1 salário e meio
UF26	3 (Casal e filho)	CLT, polpa e mel	Auxílio	1 salário e meio

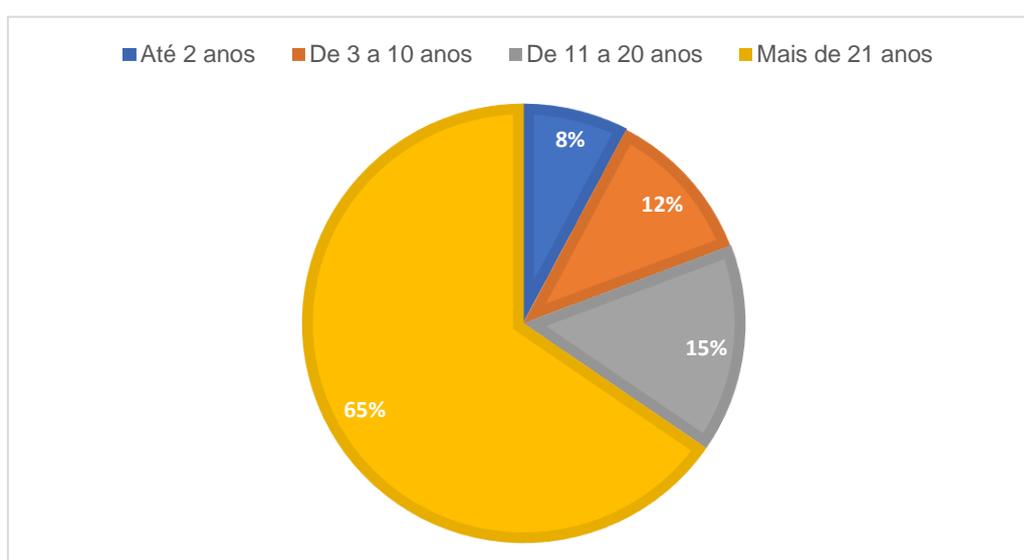
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Os resultados do presente estudo assemelham-se aos resultados encontrados por Santos, Matos e Querol (2020). No assentamento estudado pelos autores, a média de moradores por residência é de 3 a 4 pessoas e 60% dos assentados apresentam entre 50 e 60 anos, com 72% dos assentados com ensino fundamental incompleto. Já no quesito de renda, as famílias sobrevivem com até um salário-mínimo e 57% das famílias recebem benefícios do governo.

Segundo o trabalho de Giroletti e Petrin (2018), a maioria dos assentados recebem benefício do governo. Assim, os resultados obtidos neste trabalho, também demonstra que a maioria dos residentes do assentamento também recebem benefício do governo.

Quanto ao tempo de residência dos entrevistados no assentamento, observou-se que a maioria dos entrevistados já vivia em área rural ou vivem há muito tempo no local. Dessa forma, foi observado que, 8% dos entrevistados moram no assentamento há 2 anos, 12% residem entre 3 e 10 anos, 15% residem de 11 a 20 anos e 65% residem há mais de 21 anos no assentamento (Figura 12). Já no trabalho de Souza Carvalho, Campos e Lima (2021), o maior número de moradores do assentamento analisado vive no local entre 10 e 20 anos e apresentam ensino fundamental incompleto.

Figura 12 - Gráfico do tempo de residência dos assentados no PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Conforme descrito na Tabela 4 a seguir, a maioria das mulheres auxiliam na propriedade e os jovens, alguns auxiliam na propriedade, alguns são crianças e alguns estudam ou não tem interesse em auxiliar no trabalho rural. Segundo a entrevista:

[...] Meus filhos não gostam muito de trabalhar na roça, uns foram embora, outra está aqui, mas não gosta muito do trabalho e não querem saber de estudar também... (ENTREVISTADO(A), PA SANTA CRUZ II).

Foi observado durante as entrevistas que ou os filhos gostam muito e auxiliam os pais, que o foi o caso de dois entrevistados mais jovens, ou não gostam da vida na área rural.

Tabela 4 - Perfil socioeconômico dos assentados do PA Santa Cruz II, variáveis 3.

Produtor	Tempo que reside no assentamento ?	Onde a família residia anteriormente? Área urbana ou rural?	Ocupações já exercidas pelas mulheres da família nos últimos 5 anos?	Quais as ocupações já exercidas pelos jovens de sua família nos últimos 5 anos?
UF1	15 anos	Buriti do Tocantins – Área Urbana	Aposentada	Produção de leite e venda de bezerros
UF2	28 anos	-	-	-
UF3	-	-	-	-
UF4	34 anos	-	-	-
UF5	8 anos	Fazenda – Área rural	Trabalham na propriedade	Trabalho na propriedade
UF6	28 anos	Ferreira – Assentamento – Área Rural	Zeladora e Propriedade	Meio Rural
UF7	+ de 20 anos	Sempre Morou no mesmo local	Trabalha na propriedade	Estudantes
UF8	1 ano	Área Rural	Trabalha na propriedade	Crianças – Estudam
UF9	36 anos	Área Rural – Estrada do São Francisco	Merendeira	Produção da propriedade
UF10	29 anos	Fazenda – Sr. Zezinho	Zeladora e na propriedade	Propriedade
UF11	45 anos	Vila	Propriedade e na roça	-
UF12	17 anos	São Miguel / Área Urbana	Propriedade e Merendeira	-
UF13	-		Propriedade e Manicure	-
UF14	4 anos	Goiânia / Área Urbana	Propriedade	-
UF15	2 anos	Pará/ área rural	Propriedade	- Crianças
UF16	23 anos	Pará / área rural	Propriedade	Propriedade
UF17	30 anos	Vila União / Área rural	-	-
UF18	27 anos	Área Urbana	Propriedade	-
UF19	2 meses	Morava em Área urbana	Propriedade	-
UF20	10 anos	Lago Preto – Área rural	Propriedade	Propriedade
UF21	22 anos	Pará – Área urbana	Propriedade	Propriedade e CLT
UF22	33 anos	Área rural – Faz Carvão	Propriedade	-
UF23	17 anos	Área Rural	Diretora e propriedade	Propriedade
UF24	35 anos	Área urbana	Propriedade	-
UF25	21 anos	Barro Branco – Área rural	Propriedade	CLT e propriedade
UF26	28 anos	Área rural	Propriedade	Propriedade

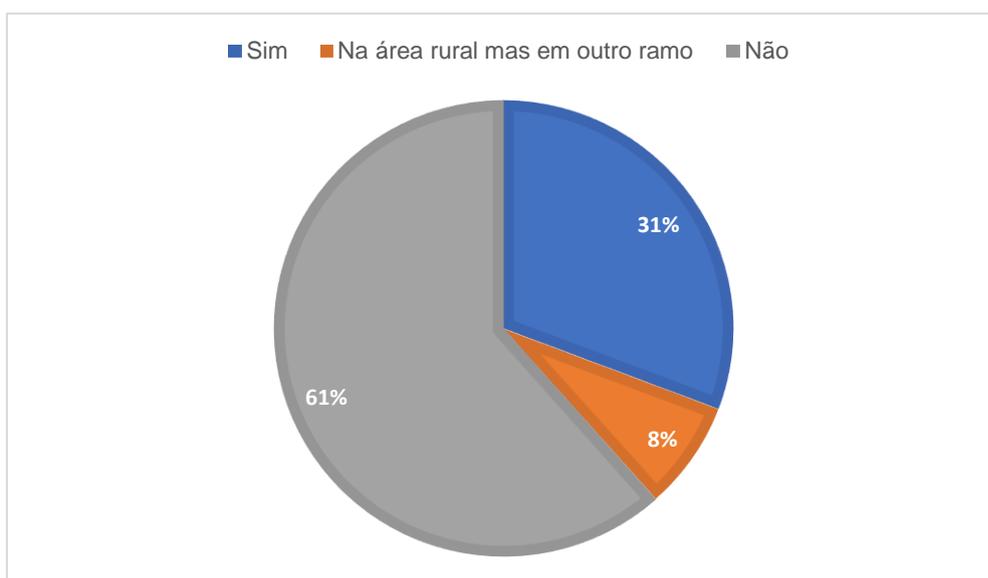
Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Quanto a água das pessoas do assentamento vem de poços e algumas os animais bebem água no açude ou em alguma represa perto da propriedade e

observou-se que a maioria tem energia, mas não tem internet instalada no local (Tabela 5).

Os entrevistados incentivam e solicitam ajuda de toda a família na propriedade, alguns filhos têm a intenção de continuar seguindo os passos dos pais, quando crianças, os pais disseram que pretende incentivar os filhos a continuar no mesmo caminho e em outros os filhos querem ir embora do local ou já não vivem mais com os pais. Como foi descrito no gráfico abaixo, 31% têm intenção de continuar como produtor rural, 8% têm vontade de trabalhar na área rural, mas em outro ramo e 61% não tem interesse ou já não vive mais no local (Figura 13).

Figura 13 - Gráfico de ocupação dos jovens do PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Segundo a pesquisa de Sousa (2022), os jovens analisados no assentamento de sua pesquisa demonstram gostar de morar no campo e querem continuar a exercer atividades no mesmo. Apesar de seus pais não apresentarem muito estudo, incentivam e buscam que os filhos invistam em seus estudos para obter conhecimento e formação, diferente do que ocorre no PA Santa Cruz II, onde 61% não tem interesse em permanecer no PA (Tabela 5).

Tabela 5 - Estrutura e dinâmica das residências do PA Santa Cruz II.

Produtor	Família inteira auxilia na produção? Filhos têm intenções de continuar seguindo como produtor rural?	Qual a principal fonte de água para consumo humano e animal da propriedade?	A propriedade possui acesso à energia elétrica (ou outra) e a internet?
UF1	Sim. Sim.	Poço Artesiano	Sim
UF2	-	Poço com manilha	-
UF3	-	Poço com manilha	-
UF4	-	Poço com manilha	-
UF5	Sim.	Poço com manilha	Sim
UF6	Sim	Poço cavado	Não e Internet Sim
UF7	Sim. Não.	Poço com manilha e gado açude	Sim
UF8	Sim. Sim	Poço artesiano	Sim
UF9	Sim. Sim	Poço de Manilha e animais açude	Sim
UF10	Sim. Sim	Poço	Não
UF11	-	Cisterna	Não
UF12	-	Poço manilhado	Não
UF13	-	Poço	Sim. Não.
UF14	-	Poço	Sim. Não.
UF15	-	Poço artesiano	Sim.
UF16	Sim. Sim.	Poço manilhado	Sim. Não.
UF17	-	Poço e animais corgo	Sim. Não.
UF18	-	Poço manilhado	Sim. Não.
UF19	Sim	Poço	Não
UF20	Sim. Não.	Poço manilhado e animais açude	Sim.não.
UF21	Não. Não.	Poço	Sim. Não
UF22	Não. Não.	Poço e animais na represa	Sim. Não
UF23	Sim. Sim	Poço manilhado e gado açude	-
UF24	Sim. Sim.	Poço manilhado	Sim. Não
UF25	Não. Não.	Poço manilhado e animais na represa	Sim. Não
UF26	Sim. Sim.	Poço	Sim. Não

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Com relação a assistência técnica, as respostas foram unânimes, ao ressaltar as ausências da assistência técnica no momento. De modo geral, ou as respostas foram “não” ou que “já tiveram há um bom tempo atrás”, que foi realizado pelo Senar, mas atualmente não. Segundo a entrevista:

[...] Já teve há muito tempo atrás, com aquele pessoal que passava aqui,.. isso, Senar... (ENTREVISTADO(A), PA SANTA CRUZ II).

Como observado na Tabela 6, todas as propriedades trabalham com produção agropecuária, sendo os principais produtos: gado, galinha, azeite, milho, ovo, feijão, porco, apicultura, polpas, inhame, farinha e outros. No estudo de Santos, Matos e Queiroz (2020), as criações mais citadas foram a galinha, porcos, ganso, gados e ovinos e na área da agricultura são o milho, a mandioca, hortaliças, cocos e outros. Além disso, a maioria das vendas são internas entre os membros do assentamento, sendo este dado o único que divergiu do presente estudo, visto que, a maioria da comercialização do PA Santa Cruz II é externa.

Na questão de produção orgânica ou agroecológica (Tabela 7) todos os entrevistados buscam adotar essa produção, utilizando adubos orgânicos e evitando a utilização de agrotóxicos. Em algumas entrevistas, como no caso abaixo, o entrevistado disse:

[...] Eu uso veneno só pra matar os matos, nas outras coisas não, é tudo natural... (ENTREVISTADO (A), PA SANTA CRUZ II).

Já o beneficiamento - quando feito, é realizado nas casas de farinha ou de mel da propriedade, ou em propriedades vizinhas. A produção agropecuária da família, em sua maioria, é para consumo próprio e comercialização. A maioria das famílias produzem seu próprio alimento e o que não produzem compram no mercado. Somente três entrevistados disseram que também compram de produtores vizinhos (Tabela 7).

Tabela 6 - Perfil produtivo das propriedades rurais do PA Santa Cruz II, variáveis 1.

Produtor	Tipo de Propriedade	Área produtiva da propriedade	A propriedade recebe algum tipo de ATER pública? Se sim, qual instituição?	Quanto a produção agrícola e pecuária da propriedade no último ano, quais as principais criações e culturas produzidas?
UF1	RB individual	6 alqueires	Não	Gado de corte, galinha e frutas
UF2	RB individual	-	-	-
UF3	RB individual	2,5 alqueires	-	Gado, galinha, mandioca, milho, arroz, feijão, fava, amendoim, porco
UF4	RB individual	-	-	-
UF5	RB individual	10 alqueires	Não	Porco, galinha, mandioca, farinha, arroz, feijão, milho, leite.
UF6	RB individual	7 alqueires	Não	Milho, mandioca, feijão.
UF7	RB individual	6 alqueires	Atualmente não	Gado e galinha
UF8	RB individual	12 alqueires	Não	Galinha, porco.
UF9	RB individual	5,6 alqueires	Não	Galinha, porco, gado e abelha.
UF10	RB individual	6 alqueires	Não	-
UF11	RB individual	10 alqueires	Sim. Senar.	Gado de leite, galinha, cavalo, milho, arroz, feijão, mandioca, nhamé, carvão, azeite.
UF12	RB individual	8 alqueires e meio	Não	Gado de leite, porco, galinha, laranja.
UF13	RB individual	5 linhas	Não	Gado,
UF14	RB individual	-	Não	Gado, galinha, porco, milho, melancia
UF15	RB individual	10 alqueires		Gado, galinha, porco, milho, feijão, mandioca
UF16	RB individual	13 alqueires	Não	Gado de leite, galinha, porco, coco, milho, feijão, arroz, mandioca, farinha
UF17	RB individual	10 alqueires	Não	Gado de leite, porco, galinha, milho, mandioca, farinha, arroz, feijão
UF18	RB individual	2,5 hectares	Não	Galinha, gado, mandioca, arroz, feijão, fava, porco, polpa caju, cajá, acerola, farinha.
UF19	RB individual	9 alqueires	Não	Porco, galinha, futuramente gado.
UF20	RB individual	6 alqueires	As vezes	Gado, galinha, porco, milho.
UF21	RB individual	2 hectares	Não	Milho, mandioca, gado, porco, galinha, arroz
UF22	RB individual	7,5 alqueires		Gado, galinha,
UF23	RB individual	18 alqueires	Não	Gado, farinha, galinha, milho, feijão, coco, mandioca.
UF24	RB individual	-		Mandioca,
UF25	RB individual	7,5 hectares		Galinha, porco, gado, milho, arroz, mandioca, farinha.
UF26	RB individual	8 hectares	Não	Galinha, apicultura, azeite, farinha, polpa, milho, nhamé, arroz, feijão, ovos, porco.

*RB individual: Registro do beneficiário.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022)

Tabela 7 - Perfil produtivo das propriedades rurais do PA Santa Cruz II, variáveis 2.

Produtor	Existe algum tipo de produção orgânica ou agroecológica na propriedade? Se sim, qual?	A propriedade faz o beneficiamento dos seus produtos? Se sim, onde o beneficiamento é feito?	A produção agropecuária da família é destinada apenas para o sustento da família ou é também comercializada?	No último ano, de onde vieram os alimentos consumidos pela família?
UF1	-	Não	Comércio e Família	Produção e Comércio
UF2	Sim. Não utiliza agrotóxico	Sim. Casinha de farinha.	Comércio e Família	Produção e Comércio
UF3	-	Tira polpa na dispolpadeira	Comércio e Família	Produção e Comércio
UF4	-	-	Família	Produção, comércio e outros produtores
UF5	-	Sim. Casa de forno	Comércio e Família	-
UF6	Não. Defensivos para plantas daninhas	Não	-	-
UF7	Sim. Veneno apenas no mato	Não	-	-
UF8	Sim. Produção orgânica	-	-	Produção e Comércio
UF9	Sim. Veneno apenas para mato	Sim.	Comércio e Família	-
UF10	-	-	-	-
UF11	-	-	-	Produção e Comércio
UF12	Sim. Utilização de sal	Não	Família e Comércio	Produção e Comércio
UF13	-	-	-	Produção e Comércio
UF14	-	Não	Família e Comércio	Produção e Comércio
UF15	-	-	-	-
UF16	Sim.	-	Comércio e Família	Produção e Comércio
UF17	-	-	-	-
UF18	Sim. Sem utilização de agrotóxicos.	-	Comércio e Família	Produção e Comércio
UF19	-	-	Família	Produção e Comércio
UF20	Não	-	-	Produção, Comércio e outros produtores.
UF21	Sim. Plantios orgânicos.	Não	Família	Produção e Comércio.
UF22	-	-	Família e Comércio	Produção e comércio.
UF23	Sim. Plantio orgânico.	Sim. Casa de farinha.	Família e Comércio	Produção, comércio e outros produtores.
UF24	Sim. Plantio orgânico.	-	Comércio e Família	Produção e comércio
UF25	-	Sim. Casa mais perto.	Mais consumo próprio, mas vende as vezes.	Produção e comércio
UF26	Sim. Não utiliza química. Adubação natural.	Sim. Casa do mel, das polpas, forrageira.	Família e Comércio	Produção, comércio.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Com relação a uso de recurso de programa público ou financiamento, atualmente nenhum dos entrevistados dispõe destes, mas alguns relataram já ter tido acesso. Conforme analisado nas entrevistas, a solicitação e aprovação desses recursos atualmente não está sendo fácil de solicitar ou não está sendo mais oferecido como era antes. Alguns também relataram que nem tentaram solicitar ou que não tem interesse de maneira alguma (Tabela 8)

No geral, todos os entrevistados relataram que usam práticas produtivas sustentáveis, por não usarem veneno nas plantações ou por optarem por adubos naturais.

A venda de seus produtos é feita diretamente para os consumidores, ou para o comércio, laticínios, revendedores e até mesmo para programas relacionados a alimentação. Todos os entrevistados disseram que não tem comercialização conjunta com outras famílias assentadas. Essas informações podem ser observadas na Tabela a seguir.

Assim como no PA Santa Cruz II, o estudo de Amaro (2020), demonstra que o assentamento em análise adota práticas agroecológicas para suas produções e que buscam o equilíbrio entre a natureza e o homem. Além disso, destaca a importância da autorização legal para a comercialização dos produtos de origem animal para melhora das negociações.

Na Tabela 9 e Figura 14, pode-se observar que todos os entrevistados não têm autorizações ou selos legais para a comercialização de produtos de origem animal, sendo que um dos entrevistados relatou que,

“Não ter essa autorização impede de expandir o negócio para locais maiores”. (ENTREVISTADO(A), PA SANTA CRUZ II).

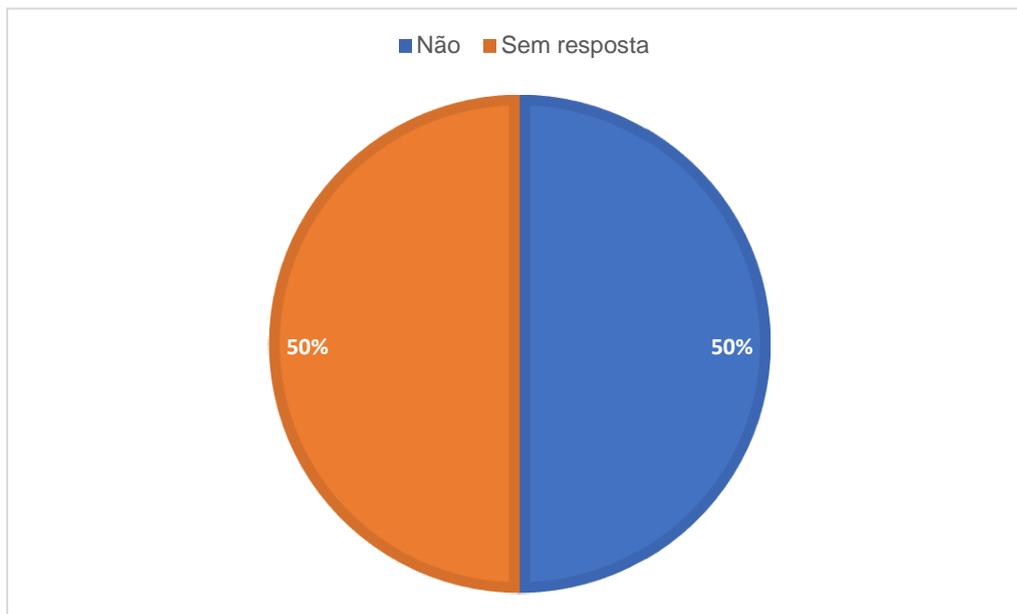
Dessa forma, foi observado durante as entrevistas que algumas pessoas não têm esse selo ou autorização em função da burocracia e pela falta de conhecimento, outros pelo trabalho a mais que isso traz e outros por não afetar suas negociações ou pelos compradores não solicitar ou preocupar com essa regulamentação. Dessa forma, observa-se que a comunidade não tem nenhum tipo de certificação ou selo para comercialização de seus produtos, mas, alguns, ainda observam vantagens em adquirir.

Tabela 8 - Uso de recursos públicos, práticas sustentáveis e comercialização de produtos do PA Santa Cruz II.

Produtor	A propriedade faz uso de algum tipo de recurso e/ou programa público? Se sim, qual?	Você considera que utiliza práticas produtivas sustentáveis? Se sim, poderia citar quais?	Como é feita a comercialização dos produtos produzidos pela família?	Há comercialização da produção em conjunto com outras famílias assentadas?
UF1	-	-	-	Não
UF2	Não	Sim. Evitar uso de veneno na produção.	Consumidor e revendedor	Não
UF3	Não	-	-	Não
UF4	-	-	-	Não
UF5	-	-	Consumidor	Não
UF6	Já fez. Hoje não	Só no pasto que usa defensivos.	-	-
UF7	Não.	Defensivos só nas plantas daninhas	-	-
UF8	Já Fez antes.	Sim. Sem justificativa	Consumidor e comércio	Não
UF9	Já usou anteriormente	Defensivos só em ervas daninhas	-	-
UF10	Não	Sim. Adubo natural.	-	-
UF11	Não	-	-	-
UF12	Sim. Pronaf	Sim. Comida mais natural animais.	Comércio e consumidor	Não
UF13	-	-	-	Não
UF14	Não.	Comida mais natural	-	-
UF15	-	Não gosta de usar defensivos	-	-
UF16	Não.	-	Venda para revendedor – carvão	Não
UF17	Não	-	-	-
UF18	Não	-	Revendedor	Não
UF19	Sim, mas já pagou.	Uso somente para acabar com plantas daninhas	-	-
UF20	Não	-	Laticínio	Não
UF21	Não	-	-	-
UF22	-	-	-	-
UF23	Sim. Projeto.	Sim. Uso de produtos orgânicos	Direto para o comerciante, laticínio	Não
UF24	-	-	-	Não
UF25	Não	Sem uso de veneno	-	Não
UF26	Sim, mas já finalizou. Pronaf e Prosel	Sim. Uso de produtos naturais.	Consumidor e programa.	Não

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Figura 14 - Gráfico de propriedades que tem autorização legal para a produção no PA Santa Cruz II.



Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

Quando se fala em dificuldades, alguns entrevistados percebem dificuldade em tudo, mas não conseguem citar especificamente. Muitos sentem dificuldade em relação a falta de mecanização, que dificulta o trabalho na propriedade, outros na falta de médicos e atenção à saúde, na falta de infraestrutura ou distância do local a cidade. A falta de oportunidades também foi um fator relevante identificado nas falas dos entrevistados, pois, os filhos na maioria das vezes precisam sair do local se quiserem oportunidades fora da propriedade.

Almeida, Lopes e Almeida (2018), afirmam em seu trabalho que as comunidades precisam de projetos eficazes para incrementação da produtividade local, como por exemplo, para auxiliar na obtenção de autorização legal para a produção. Além disso, precisam de apoio técnico profissional para aumentar a produção. Dessa forma, no PA Santa Cruz II, essa alternativa também é eficiente para ser implementada no assentamento.

Tabela 9 - Certificações, tomada de decisão e dificuldades dos entrevistados do PA Santa Cruz II.

Produtor	A propriedade tem autorizações legais para comercialização dos produtos de origem animal? Se não, quais as principais barreiras para consegui-las?	No momento de decidir sobre o que produzir, a família leva em consideração as facilidades e dificuldades de comercialização dos produtos?	Os produtos possuem algum tipo de certificação? Se sim, qual?	Quais suas maiores dificuldades no meio rural, e como isso afeta sua produção?
UF1	-	-	-	-
UF2	Não.	-	-	-
UF3	-	-	-	Tudo
UF4	Não	Não	Não	-
UF5	-	-	-	-
UF6	-	-	-	Tudo
UF7	-	Não	Não	-
UF8	Não	-	-	-
UF9	Não	-	-	-
UF10	-	-	Não	Falta de Estrada, posto de saúde, falta de infraestrutura.
UF11	Não	-	-	Falta de investimento, falta de mecanização, falta de infraestrutura.
UF12	Não. Laticínio não solicita.	Sim. Galinha. Alto custo.	Não	Preço baixo dos produtos, investimento.
UF13	-	Sim.	-	Mão de Obra, falta de mecanização.
UF14	Não	-	-	Falta de infraestrutura, saúde.
UF15	-	Não.	-	-
UF16	Não. Dificuldades burocráticas e gastos.	-	Não	Falta de estrada, falta de mecanização, falta de investimento.
UF17	Não	Sim	-	Falta de mecanização.
UF18	Não. Falta de cooperativa, burocracia.	-	-	Falta de mão de obra, falta de mecanização.
UF19	-	Sim. Dificuldade de maquinário.	Não	Falta de mecanização
UF20	-	Não	-	-
UF21	Não	-	-	Saúde e dificuldade de locomoção.
UF22	-	Não	Não	-
UF23	-	Sim. Falta de mão-de-obra	Não	Distância para a cidade. Pasto não tem água. Falta de mecanização.
UF24	Não	-	-	Investimento.
UF25	-	Sim	Não	Falta de mão-de-obra, falta de oportunidade.
UF26	Não. Correr atrás de informações e assistência	Não	-	Investimento, falta de mecanização, falta de nutrientes no solo.

Fonte: Elaborado pela autora com base nos dados da pesquisa de campo (2022).

De modo geral, os resultados do presente trabalho demonstram que grande parte das unidades familiares apresentadas possuem uma dinâmica familiar e produtiva muito semelhante, apresentando as mesmas dificuldades na produção agropecuária e na manutenção da reprodução social das famílias no assentamento.

7 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Após os resultados e as entrevistas realizadas no presente trabalho concluiu-se que a maioria dos residentes no assentamento PA Santa Cruz II apresenta um perfil socioeconômico de faixa etária superior a 36 anos de idade, baixa escolaridade e a maioria das famílias recebe benefício do governo. E média de residentes por unidade familiar é de 3 a 5 pessoas, sendo que todos se reconhecem como lavradores e/ou produtores rurais.

Entre as dificuldades – embora não percebidas pelos produtores como sendo uma dificuldade, está o processo de esvaziamento do meio rural, demonstrado na vontade de jovens e pais em que seus filhos não permaneçam no rural. Este desejo pode estar associado a outras dificuldades relatadas nas entrevistas, como a distância do PA do centro urbano, falta de acesso a políticas públicas (recursos, financiamento, atenção a saúde, outras), dificuldade de acesso a mercados através de certificações e selos, entre outras. A maioria dos pais que moram no assentamento se preocupam muito com os estudos dos filhos e querem um futuro melhor para eles. Dessa forma, alguns até incentivam que os mesmos procurem melhores condições de vida fora do PA.

A falta ou a baixa qualidade da assistência técnica e extensão rural também é fator de preocupação no PA Santa Cruz II. Embora muitos assentados não identifiquem quão prejudicial é esta ausência, nota-se que a mesma reflete diretamente na qualidade produtiva e de vida dos beneficiários do PA. Sem assistência técnica adequada os mesmos demonstram dificuldade no acesso aos financiamentos, na inserção em novas formas de comercialização, na melhoria das práticas sustentáveis de produção, entre outros fatores que não permitem, por exemplo, uma melhoria na renda dessas famílias e assim na qualidade de vida. Muitas vezes, estas dificuldades encontradas pelos assentados, refletem na imagem que a sociedade local e nacional faz dos projetos de assentamento, como lugares improdutivos e que pouco contribuem para a sociedade.

Dessa forma, olhar para os assentamentos presentes em todo território nacional e identificar suas principais dificuldades é muito importante tanto para os assentados da reforma agrária quanto para a sociedade em geral. Identificar as dificuldades e valorizar os aspectos positivos, como a produção natural/sustentável, é

fundamental para a melhoria e execução das políticas públicas da reforma agrária. Uma vez que a reforma agrária não é apenas assentar as famílias que lutam pela terra, mas também dar condições para que elas possam viver com dignidade e contribuindo para as regiões.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, J. F. T; LOPES, L. B; ALMEIDA, K. T. Fatores que interferem na produtividade agrícola do projeto de assentamento transaraguaia no município de araguatins-to. In: **9ª JICE-JORNADA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA E EXTENSÃO**. 2018.
- ALMEIDA, R. L. et al. **A formação regional do bico do papagaio: regionalização e polarização**. 2010.
- ALVES, J. M; PEREIRA, J. P.C. N; TAVARES, M. A. F. Agricultura familiar e comercializaã § ã£ o: um estudo da dendeicultura na Bahia/Brasil. **Observatorio de la Economía Latinoamericana**, n. 243, 2018.
- AMARO, A. R. **A produção de alimentos orgânicos em assentamentos rurais no Rio Grande do Sul**. 2020.
- ARGERICH, E. N.A. A Globalização e a Organização do Processo de Trabalho. **Direito em Debate**, Ano XIII nº 23, jan./jun. 2005.
- ASSIS, B. R.et al. Estudo comparado das práticas de ater no brasil com a experiência da assistência técnica e gerencial (ateg) SENAR-GO. 2019.
- BARBOSA, G. A. P. **Importância do crédito rural para a produção agropecuária brasileira**. 2020.
- BARDIN L. **Análise de conteúdo**. Lisboa: Edições 70; 1977.
- BECKER, B. Ciência, tecnologia e inovação: condição do desenvolvimento sustentável da Amazônia. In: Conferência nacional de ciência, tecnologia e inovação,4., 2010, Brasília, DF. **Anais...** Brasília, DF: Ministério de Ciência e Tecnologia, p. 91-106, 2010.
- BILLEN, G; LASSALETTA, L; GARNIER, J. A vast range of opportunities for feeding the world in 2050: trade-off between diet, N contamination and international trade. **Environmental Research Letters**, v. 10, n. 2, p.1-16, 2015.
- BITTENCOURT, D.M.C. Estratégias para a agricultura familiar: visão de futuro rumo à inovação. Área de Informação da Sede-Texto para Discussão (ALICE), 2020.
- BURANELLO, R. Manual do direito do agronegócio. Saraiva Educação SA, 2018.
- CARVALHO, F. L.C. et al. Adubação verde contribuindo no desenvolvimento rural sustentável do projeto de assentamento indiana, município de araguatins-to. **Revista de Extensão do IFTO**, v. 2, n. 2, p. 25-37, 2018.
- CAMPOS, S. K; NAVARRO, Z. A pequena produção rural e as tendências do desenvolvimento agrário brasileiro: ganhar tempo é possível. **Brasília: CGEE**, 2013.
- COELHO, L. B; DE PAULA, N. M. Políticas Públicas e Agricultura Familiar: uma análise do PRONAF no Território do Cantuquiriguaçu-PR. **Grifos**, v. 27, n. 45, p. 183-203, 2018.

DE LIMA, R. B. et al. Perda de vegetação e Políticas Públicas: Estudo de uma Área de Assentamento de Reforma Agrária na Amazônia Meridional. **Revista de Ciências Agrárias**, v. 43, n. 2, p. 231-239, 2020.

DE OLIVEIRA, P.N; PANHOCA, L. Caracterização zootécnica e econômica de pequenas propriedades leiteiras de Dores do Rio Preto-ES. In: **Anais do Congresso Brasileiro de Custos-ABC**. 2019.

DE SOUZA CARVALHO, D; CAMPOS, M. C. C; DE LIMA, J. P. S. Caracterização de quintais e aspectos socioeconômicos de moradores que cultivam plantas medicinais em um assentamento rural. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 13, p. e110101320976-e110101320976, 2021.

DINIZ, M. E. V. S; DE MELO, A.B. Políticas Públicas voltadas para pequenas propriedades rurais. **Diversitas Journal**, v. 3, n. 3, p. 675-690, 2018.

DOS SANTOS, A.S. A modernização da agricultura no Brasil: transições agrícolas e autogestão. **DESAFIOS-Revista Interdisciplinar da Universidade Federal do Tocantins**, v. 7, n. 3, p. 209-229, 2020.

FIDANZA, L. B. **Sistema de comunicação para rede de sensores sem fio aplicada ao controle ambiental**. 2018.

FONSECA, F. S.T. Pobreza e tomada de decisão financeira: evidências de uma pesquisa em assentamentos rurais no estado de Tocantins. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 60, 2021.

FONTANELLI, R. et al. Integração lavoura-pecuária-floresta: intensificação sustentável para a sobrevivência humana. **Revista Plantio Direto**, n. 170, v.29, p. 32 – 37, 2019.

FORTE, M.B. S; MAXIMO, G. J. O impacto da crise sanitária de 2020 na agricultura familiar e o fortalecimento da cadeia produtiva como estratégia para contorno da crise. **Migrações Internacionais e a Pandemia da Covid-19**, p. 356, 2020.

FREITAS, A. A. R. et al. **A Reforma agrária em Mato Grosso do Sul: os dilemas e as possibilidades nos assentamentos rurais a partir da análise dos dados do INCRA**. 2020.

GALHART, D.L. et al. A implantação de abatedouros modulares na agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 7, n. 5, p. 49939-49957, 2021.

GIROLETTI, R. M.S; PETRIN, M. A. **Memórias ambientais e sociais: estudo sobre o processo de realocação dos moradores do antigo assentamento Colina Verde de Xanxerê–SC**. 2018.

GUEDES, A. C; TORRES, D; CAMPOS, S. Sustentabilidade e sustentação da produção de alimentos e o papel do Brasil no contexto global. In: BUAINAIN, Antônio Mário.; ALVES, Eliseu; SILVEIRA, José Maria; NAVARRO, Zander. (ORGs). **O**

mundo rural no Brasil do século XXI: a formação de um novo padrão agrícola e agrário. Brasília: Embrapa, 2014, p.117-146.

GUEDES, L; BRITO, J. L. Caracterização socioeconômica da Microrregião Geográfica de Araguaína (TO). **Observatorium**, Uberlândia, v.6, n.17, p. 91-103, 2014.

HOMMA, A. O. Ciência e tecnologia para o desenvolvimento rural da Amazônia. **Parcerias Estratégicas**, Brasília, DF, v. 17, n. 34, p. 107-130, jan./jun, 2012.

HONEYMAN, M. Sustainability Issues of U. S. Swine Production. **Journal of Animal Science**. v. 74, p. 1410 – 1417, 1996.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Microrregião Araguatins – Tocantins**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1120.html>
Acesso em: 17 de Julho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Microrregião Araguatins – Tocantins**. Disponível em: <https://sidra.ibge.gov.br/Tabela/1118.html>
Acesso em: 17 de Julho de 2021.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. **Censo Agropecuário – 2017**. 2018. Tabela 6618 - Número de estabelecimentos agropecuários e Quantidade produzida, por produtos da agroindústria rural - resultados preliminares 2017. Rio de Janeiro: IBGE, 2018. Disponível em: <<https://sidra.ibge.gov.br/tabela/6618>>. Acesso em: 26 nov. 2020.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE **Microrregião Araguaína – Tocantins**. Disponível em: <https://www.ibge.gov.br/cidades-e-estados/to/araguaina.html>. Acesso em: 3 de dezembro de 2020.

LANDAU, E. C; GARAGORRY, F. L. Abordagens Agrodinâmicas para a Identificação de Mudanças no Espaço Rural. In: LANDAU, Elena Charlotte; SILVA, Gilma; MOURA, L; HIRSCH, A; GUIMARAES, D. (Ed.). **Dinâmica da produção agropecuária e da paisagem natural no Brasil nas últimas décadas: cenário histórico, divisão política, características demográficas, socioeconômicas e ambientais**. Brasília, DF: Embrapa, 2020, p. 21-28.

LIMA, A. F. **Agricultores familiares do assentamento cansaçon, município de cocal, piauí: um estudo de caso do desenvolvimento rural**. 2020.

LIMA, J. R. S. et al. **A contribuição da agricultura sintrópica no Cerrado para a recuperação de áreas degradadas e produção de alimentos**. 2021.

LIMA, T. C.; MIOTO, R. C. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. **Revista Katál**, Florianópolis, v. 10, p. 37-45, 2007.

MAIA, I.P. **O processo de (des) continuidade socioterritorial no projeto de assentamento Irmã Adelaide, Miracema do Tocantins–TO**. 2018.

MAZZUCO, H. Ações sustentáveis na produção de ovos. **Revista Brasileira de Zootecnia**. Viçosa, v. 37, p.230-238, 2008.

MENEZES, B. L. D. **Áreas dialetais no Tocantins: estudo dialetológico e geolinguístico no campo das brincadeiras infantis**. 2021.

NOSSA, L. **Mata!**. Editora Companhia das Letras, 2012.

NUÑEZ, D. N. C; DOS SANTOS, O. R. R. Tecnologia Pacuária. **Clube de Autores**, 2021.

OLIVEIRA, J. A. **A organização social e política dos assentamentos rurais**. 2022.

OLIVEIRA, L. S. **Agropecuária e Sustentabilidade: a importância da produção de qualidade, visando a proteção do ecossistema**. 2021.

PINTO, A. T; GOULART, J. Q. Implantação de agroindústrias de produtos de origem animal 2017. **Salão de Extensão (19.: 2018: Porto Alegre, RS). Caderno de resumos. Porto Alegre: UFRGS/PROEXT, 2018.**, 2018.

PISANI, R. J. et al. Diagnostico socioeconomico e ambiental como ferramenta de planejamento para a agricultura familiar. Estudo de caso: sub-bacia do rio das pedras, Itatinga-SP. **Caminhos de Geografia**, v. 12, n. 40, 2011.

RABUSKE, A. B. et al. **Análise do Crédito Fundiário Banco da Terra: um estudo de caso no “assentamento” Agrovila Conde de Porto Alegre no município de São Borja/RS**. 2020.

REAL, L. C. V; SCHNEIDER, S. O uso de programas públicos de alimentação na reaproximação do pequeno produtor com o consumidor: o caso do programa de alimentação escolar. **Revista Estudo & Debate**, v. 18, n. 2, 2011.

SAMPAIO, M. C. S. C; ALVES, M. L. Contribuições sobre fugas escravas e formação de quilombos na confluência dos rios Araguaia e Tocantins (Marabá, séculos XVIII-XIX). **Escritas do Tempo**, v. 3, n. 7, p. 29-46, 2021.

SANTOS, D. M; MATOS, M P; QUEROL, M. A. P. Caracterização de agricultores agroecológicos da reforma agrária: o caso do assentamento Rosa Luxemburgo II, São Cristóvão-Sergipe. **Cadernos de Agroecologia**, v. 15, n. 2, 2020.

SANTOS, R. A construção da rodovia BR-153 na fronteira e urbanização da cidade de Araguaína, Tocantins. **Novos Cadernos NAEA**, v.20, n.3, p.97-114, 2017.

SCHLINDWEIN, M. M; KASSOUF, A. L. Análise da influência de alguns fatores socioeconômicos e demográficos no consumo domiciliar de carnes no Brasil. **Rev. Econ. Sociol. Rural**, v.44, n.3, pp.549-572, 2006.

SILVA, P. M. **Reforma agrária como imperativo à justiça social e ao desenvolvimento socioeconômico brasileiro: um estudo de caso sobre o Assentamento São Gabriel (São Gabriel da Palha/ES)**. 2022.

SOARES, Z. A.B. et al. Agricultura familiar, movimentos sociais e desenvolvimento rural na região do Bico do Papagaio, Tocantins: um estudo sobre as relações entre sociedade civil e desenvolvimento. 2009. 188 f. **Dissertação** (Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade) - Instituto de Ciências Humanas e Sociais, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Seropédica - RJ, 2009.

SOUSA, R.O; MOREIRA, A. D; SANTOS, A. R. Agricultura familiar e políticas públicas: indicador socioeconômico regional e local. **Seminário Nacional e Seminário Internacional Políticas Públicas, Gestão e Práxis Educacional**, v. 8, n. 12, 2021.

SOUSA, H. F. M. **Concepções de trabalho na perspectiva dos jovens concluintes do ensino médio do Assentamento 1º de Março no município de São João do Araguaia-PA.** 2022.

SOUZA, L. A. C. **Sanidade vegetal e uso de geotecnologias—etapa essencial em uma política agropecuária.** 2020.

SPINELLI, A. M. **Projeto de vida agroecológica: uma opção da classe média.** 2020. Tese de Doutorado.

STELZER, J; DA SILVA, L. M. O comércio justo como garantia de sobrevivência econômica dos pequenos produtores no mercado global. **Revista Destaques Acadêmicos**, v. 11, n. 2, 2019.

VICTORIO, V.C. M; DE ANDRADE GONÇALVES, E. C. B. Aspectos de saúde relacionados a idade, escolaridade e produções agrícolas de agricultores no Assentamento Rural Rio Madeira-RO. **Agricultura Familiar: Pesquisa, Formação e Desenvolvimento**, v. 14, n. 2, p. 183-202, 2021.

XAVIER, E. G. et al. Assistência técnica na agricultura familiar e as práticas de cultivo de hortaliças na região de goianésia-go. **Ipê Agronomic Journal**, v. 4, n. 2, p. 1-15, 2020.

ZACHOW, M; PLEIN, C. A gestão como característica da agricultura familiar. **Brazilian Journal of Development**, v. 4, n. 6, p. 3318-3334, 2018.

ANEXO

ROTEIRO DE ENTREVISTA SEMIESTRUTURADA

DADOS DA ENTREVISTA

Entrevistador:

Data:

Local:

Formato: () Presencial () Remoto (online) – Plataforma:

PERFIL SOCIOECONOMICO DO ENTREVISTADO E DA FAMÍLIA

Idade:

Gênero:

Escolaridade:

Profissão:

1. Quantas pessoas residem na casa? E como é composta a família (grau de parentesco)?
2. Qual a principal fonte de renda da família?
3. A família possui alguma renda NÃO proveniente da agropecuária? Se sim, qual (ex.: aposentadoria)?
4. Qual a renda média da família?
 - () até 1 salário mínimo () 2 a 5 salários mínimo () 5 a 10 salários mínimos
 - () mais de 10 salários mínimos
5. Há quanto tempo a família reside no assentamento?
6. Antes de mudarem para o PA Santa Cruz II, onde a família residia? Área urbana ou rural?
7. A família recebe algum tipo de benefício social do governo? Se sim, qual?

8. Quais as ocupações já exercidas pelas mulheres de sua família nos últimos 5 anos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

[. ...] Na agricultura / criação

[. ...] No beneficiamento / fabricação de produtos

[.....] No serviço Público (escola, posto de saúde, etc..)

[.....] Na prestação de serviços (empregada doméstica, manicure, babá, costureira, etc)

[. ...] No comércio

[. ...] No artesanato

9. Quais as ocupações já exercidas pelos jovens de sua família nos últimos 5 anos? (resposta múltipla)

1-Sim 2-Não

[. ...] Na agricultura / criação

[. ...] No beneficiamento / fabricação de produtos

[.....] No serviço Público (escola, posto de saúde, etc..)

[.....] Na prestação de serviços (empregada doméstica, manicure, babá, costureira, etc)

[. ...] No comércio

[. ...] No artesanato

10. Todos da família ajudam na produção? Seus filhos têm intenções de dar continuidade seguindo como produtor rural?

11. Qual a principal fonte de água para consumo humano e animal da propriedade?

12. A propriedade possui acesso à energia elétrica (ou outra) e a internet?

PERFIL SOCIOPRODUTIVO DA UPF

1. Tipo de propriedade:

() Propriedade com escritura () Propriedade com título

2. Qual área produtiva da propriedade?
3. A propriedade recebe algum tipo de ATER pública? Se sim, qual instituição?
4. Quanto a produção agrícola e pecuária da propriedade no último ano, quais as principais criações e culturas produzidas? (resposta múltipla)
- | | |
|---|-------------------------------------|
| <input type="checkbox"/> grãos (soja, milho, sorgo) | <input type="checkbox"/> hortaliças |
| <input type="checkbox"/> ovinos | <input type="checkbox"/> apicultura |
| <input type="checkbox"/> frutíferas | <input type="checkbox"/> outros |
| <input type="checkbox"/> bovino de corte | |
| <input type="checkbox"/> bovino de leite | |
| <input type="checkbox"/> pastagens | |
| <input type="checkbox"/> suínos | |
| <input type="checkbox"/> aves | |
5. Existe algum tipo de produção orgânica ou agroecológica na propriedade? Se sim, qual?
6. A propriedade faz o beneficiamento dos seus produtos? Se sim, onde o beneficiamento é feito?
7. A produção agropecuária da família é destinada apenas para o sustento da família ou é também comercializada?
8. No último ano, de onde vieram os alimentos consumidos pela família? (resposta múltipla)
- () Produção própria () doações () comprados de outros produtores rurais
- () comprados em supermercados da área urbana
9. A propriedade faz uso de algum tipo de recurso e/ou programa público? Se sim, qual?

10. Você considera que utiliza práticas produtivas sustentáveis? Se sim, poderia citar quais?

ACESSO AO MERCADO

1. Como é feita a comercialização dos produtos produzidos pela família?
 venda direta venda para varejistas venda através de associação e/ou cooperativa
 venda institucional [PAA, PNAE] outros
2. Há comercialização da produção em conjunto com outras famílias assentadas?
3. A propriedade tem autorizações legais para comercialização dos produtos de origem animal? Se não, quais as principais barreiras para consegui-las?
4. No momento de decidir sobre o que produzir, a família leva em consideração as facilidades e dificuldades de comercialização dos produtos?
5. Os produtos possuem algum tipo de certificação? Se sim, qual?

OUTROS

1. Quais suas maiores dificuldades no meio rural, e como isso afeta sua produção?